

**REFORMAS RECENTES NO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU:  
COMPROMISSO ENTRE A IDENTIDADE E A DEPENDÊNCIA**

MARIA ANTÓNIA BARRETO

Docente no Instituto Politécnico de Leiria e investigador no CEA-ISCTE-IUL  
[antonia@ipleiria.pt](mailto:antonia@ipleiria.pt)

**Resumo**

Nos anos recentes têm ocorrido varias reformas do sistema educativo guineense que têm como objetivos modernizar e melhorar a qualidade da educação formal. Têm incidido em vários âmbitos: enquadramento legal, formação inicial e contínua de professores, currículo do ensino básico, introdução da 12ª classe, espaços, recursos, gestão, bases de dados estatísticas. O país tem contado com os apoios do Banco Mundial, Unesco, Unicef, cooperação bilateral, entre outros.

O diagnóstico dos problemas do sistema tem sido consensual, apontando para a sua falta de eficácia e para a deficiente cobertura nacional até do ensino obrigatório. A pluralidade linguística continua a ser fator de complexidade contribuindo para as altas taxas de repetência e abandono escolar.

No âmbito das reformas do sistema foram propostas várias soluções: algumas bem-vindas, outras têm tido dificuldades de implementação e são objeto de dúvidas quanto à sua pertinência e sustentabilidade. A difusão das medidas, a gestão dos processos de funcionamento, a definição de estratégias a curto e medio prazos, a supervisão do sistema, continuam a ser fatores geradores de constrangimentos e que obrigariam à adoção de olhares sistémicos, que aproximassem o sistema educativo da identidade cultural guineense. A tentação pela introdução de medidas que já circulam em países europeus e africanos surge com alguma frequência, o que aliado à falta de implementação de procedimentos visando à apropriação por parte dos intervenientes, pode condenar ao fracasso o esforço da reforma.

A comunicação vai apresentar a história recente do sistema educativo guineense, sistematizar os eixos fundamentais das reformas que tem vindo a ser concebidas, refletir sobre os elementos que traduzem a sua marca identitária e os que evidenciam a dependência da ajuda externa, questionando as condições de apropriação. Visa trazer para a discussão o contributo da ajuda externa, o peso dos doadores, a influência das organizações internacionais. A autora foi o perito externo de dois dos projetos que integram a reforma.

**Palavras-chave:** Sistema educativo, reforma, Guiné-Bissau

\*

A República da Guiné-Bissau permanece entre os países mais pobres e com maior dependência externa. O seu sistema educativo continua a não dispor de condições que permitam criar expectativas positivas face à evolução da situação escolar. Tem uma população maioritariamente muito jovem, vivendo na sua maioria em meio rural e crescendo 3% ao ano, prevendo-se que o grupo etário dos 7-17 anos deva aumentar 39% de 2006 a 2015 (ME, 2009a). O acesso ao ensino básico não é ainda universal (¼ das crianças não acede à escola e apenas ½ acede ao ensino básico na idade prevista), e menos de uma criança sobre duas termina o ensino básico (ibid.). Há um grande abandono escolar, principalmente nas primeiras classes e grandes disparidade regionais e

de sexo no que diz respeito às taxas de aprovação (no sector autónomo de Bissau 60% das crianças termina o 1º ciclo, contra menos de 20% no resto do país (ME, 2010a); nas zonas rurais as raparigas têm duas vezes menos oportunidades de concluir o ensino básico que os rapazes e nas zonas urbanas as raparigas têm 1,4 menos oportunidades que os rapazes (ME, 2009b). Os recursos pedagógicos, incluindo manuais escolares, são de difícil acesso e continuam a predominar processos de ensino pouco criativos. Todo o sistema continua com forte dependência da ajuda externa. Contudo, os dados estatísticos apontam para uma evolução positiva do acesso aos níveis do ensino básico e do ensino secundário e nos anos recentes verificou-se um enorme esforço de intervenção, traduzido numa pluralidade de estudos de diagnóstico, na elaboração de normativos e na realização de tarefas que apontam para a reforma do sistema educativo no sentido de uma maior adaptação ao contexto guineense e da atualização científica e pedagógica. Este percurso tem sido acompanhado e financiado por organismos internacionais que nos seus programas expressam a intencionalidade da participação e da formação de técnicos nacionais, faltando a avaliação dos resultados obtidos neste âmbito.

Passemos à apresentação dos estudos de diagnóstico realizados nos anos recentes, dos normativos publicados e das medidas realizadas no âmbito das reformas, sem pretendermos ser exaustivos, tendo em atenção a nossa dificuldade no acesso à informação:

## **ESTUDOS DE DIAGNÓSTICO**

### **1. RELATÓRIO DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO (2008)**

Este relatório financiado pela UNICEF apresenta o percurso histórico da formação de professores durante o período colonial e nos primeiros anos da independência. Seguidamente faz o diagnóstico das duas escolas normais de formação de professores do ensino básico - a Escola Normal Amílcar Cabral e a escola Normal 17 de Fevereiro, em três dimensões: política educativa, estrutura organizacional, gestão e dimensão pedagógica. Apresenta resumidamente perfis de entrada e de saída dos formandos, currículos, programas, recursos, processo de certificação e eficácia das escolas: 763 professores formados de 1994 a 2007 na escola normal 17 de fevereiro e 376 de 1990 a 2007 na escola normal Amílcar Cabral (dados disponibilizados pelas respetivas direções). Diz que as escolas são estruturas com falta de regulamentação legal, procedimentos formais e institucionais

pouco claros, com limitações de financiamento, com prevalência de professores contratados sobre os efetivos, com qualificação nível médio ou bacharelato e de forma muito residual a nível da licenciatura, sem apoios governamentais de funcionamento, com instalações degradadas.

É um curto relatório generalista, assente em constatações, que compara o sistema de formação inicial de professores do ensino básico com o de outros países africanos e que não propõe medidas a serem implementadas no âmbito de uma reforma do sistema.

## **2. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO DA GUINÉ-BISSAU - RENASSE(2009)**

Este relatório foi elaborado por uma equipa composta por quadros dos ministérios da Educação, das Finanças e da Economia, elementos da Unesco-BREDA e do Banco Mundial. Teve como objetivos realizar o diagnóstico do sistema educativo, identificar estratégias para a sua melhoria e criar o enquadramento para a política educativa a ser implementada no país entre 2009-2020. Nele é feito o enquadramento social do sistema educativo através de dados demográficos, são apresentados dados estatísticos referentes à entrada dos alunos no ensino básico, aos fluxos e qualidade do sistema, financiamento e custos do sector educativo, identificação e caracterização dos fatores de disparidade na frequência do ensino, eficiência face ao custo global e eficácia na esfera social.

Este relatório tem como suporte informação estatística fornecida pelo Gabinete GIPASE e traça um panorama sistematizado e crítico do sistema educativo.

## **3. POLITICA DOCENTE NA GUINÉ-BISSAU (2009)**

Este relatório, financiado pelo Banco Mundial, é um documento de diagnóstico da situação socioprofissional dos professores e dos sistemas de formação na Guiné-Bissau, identificando os “principais pontos críticos que justificam medidas de política docente com vista ao desenvolvimento do sistema educativo” (MEES, 2009: p. 11). A população alvo do estudo foi a dos educadores de infância, a dos professores do ensino básico e secundário, a nível da sua formação inicial e em serviço considerando o ensino público e o ensino não público. Os consultores recorreram à pesquisa documental, bases de dados disponíveis, aplicaram inquéritos a alunos de cursos de formação inicial de professores e fizeram entrevistas a informantes que consideraram significativos para a problemática em questão. São apresentados os condicionantes do sistema

educativo, pontos críticos e desafios “que se colocam a uma política docente conducente a um ensino de melhor qualidade para um maior número de alunos (MEES,2009:p. 21).” Para além do diagnóstico são enunciadas as medidas que os consultores consideraram prioritárias e que como tal exigem tomadas de decisão e implementação de ações: qualificar profissionalmente o número de professores necessários para a expansão do sistema escolar a nível da formação inicial (consideram ser necessários mais 500 professores anualmente); qualificar os professores já em exercício pela implementação da formação em serviço; disponibilizar condições para o exercício docente, “que por um lado fomentem a motivação profissional dos professores e, por outro, lhes proporcionem os meios que tornem possível o desempenho promotor da aprendizagem dos alunos; promover a equidade na distribuição dos professores pelas escolas” (MEES,2009:p.27).São ainda enunciados os condicionantes à implementação das medidas necessárias:

*São necessárias mudanças no contexto económico e político e na administração pública da educação....Este contexto condiciona, desde logo, a disponibilidade do orçamento indispensável e o funcionamento estável, competente e organizado da administração pública da educação, a nível central, regional e local. Perspetiva sistémica na política docente...é importante agir simultaneamente nos fatores que contribuem para que os professores sejam competentes, estejam motivados para o desempenho profissional e disponham dos meios que possibilitam o desempenho conducente a aprendizagem dos alunos (MEES,2009:p.153).*

#### **4. AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO DA GUINÉ-BISSAU (2010)**

Este estudo avaliativo, financiado pela Unesco-Breda, centra-se na escola Normal Superior Tchico Té. O consultor internacional para além das observações no terreno, recorreu a entrevistas a docentes, documentos de funcionamento da escola, bases de dados e inquéritos aplicados aos formandos. No relatório é apresentada a escola (missão, estrutura e organização) e é feita a sua caracterização pela descrição das instalações, equipamentos, indicação do orçamento e apresentação dos cursos. Os formandos são analisados quanto ao seu perfil, nível de progressão ao longo dos cursos e os formadores são descritos quanto ao estatuto profissional, qualificação, experiência, idade e género, serviço docente distribuído e condições de trabalho. É também feito o ponto da situação sobre o papel da escola na formação em serviço e contínua de professores.

Neste estudo são identificados os pontos críticos relativos às várias dimensões analisadas e são propostas medidas que levem a mudanças qualitativas e quantitativas na formação de professores do ensino secundário.

## **5. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES EM EXERCÍCIO (2010)**

Este estudo, financiado pela UNESCO, contou com a colaboração de consultores internacionais e técnicos nacionais. Teve como finalidades avaliar as competências básicas em português e matemática, competências para ensinar de todos os docentes em exercício de funções da 1ª à 9ª classes, avaliar as suas práticas pedagógicas, identificar o seu nível de informação sobre a SIDA e quais as suas práticas interventivas. Foram aplicados aos professores do ensino básico, a nível nacional, testes de português e de matemática, questionários sobre a SIDA e sobre as suas práticas pedagógicas.

A partir dos resultados obtidos foram definidos 3 perfis de docentes, traduzindo 3 níveis de competências nos domínios em estudo e foram elaboradas recomendações para a implementação de um programa de formação contínua, dando prioridade aos professores situados no perfil 1, ou seja os mais fracos a nível das competências de base, seguindo-se os professores enquadrados no perfil 2 (nível medio das competências de base) e por fim a intervenção junto dos professores de perfil 3 (professores mais fortes ao nível das competências de base). Foram ainda feitas recomendações sobre como orientar a formação continua e reforçar a equipa técnica nacional.

6- Analyse et synthèse des actions conduites en matière de formation initiale, continue et en service de 2006 a 2011. Recommandations et perspectives (2010). E Proposition de l'élaboration et de mise en place d'un cadre de référence pour un dispositif de formation initial et continue et en service des enseignants en Guinée-Bissau (2011).

Estes dois estudos, apoiados pelo Banco Mundial e pela UNICEF, defendem a continuidade das medidas já implementadas no sistema educativo, capitalizando as aquisições já feitas e a coordenação de intervenções e partilha de conhecimento entre os vários doadores internacionais. Apresentam a caracterização das instituições de formação, sistematizam os estudos feitos em anos recentes e propõem um quadro de referencia comum para a formação inicial, continua e em serviço, reafirmando a necessidade da formação em serviço, assente em formações modulares, ratificadas pela obtenção de um certificado de aptidão pedagógica.

## **PRODUÇÃO DE NORMATIVOS E INTRODUÇÃO DE REFORMAS**

Também nos últimos anos foi produzida alguma legislação para o sector educativo, invertendo a situação anterior que se caracterizou pela estagnação legal e o poder politico formalizou opções estratégicas para o sector. Os normativos, apesar de traduzirem posições que nem sempre vão ao encontro das especificidades do sistema educativo, têm um peso significativo e são o quadro

referencial para as medidas reformativas. Verificamos também a existência de alguma incongruência entre a legislação produzida e as estratégias políticas propostas. Passemos à apresentação e análise dessa documentação fundamental.

#### **A - Carta da política do sector educativo de 2009 a 2020 (me 2009)**

Este documento, aprovado pelo governo, pretende ser o enunciado de um programa de desenvolvimento do sector da educação para o período de 2009 a 2020, portanto um período de tempo alargado se tivermos em consideração a instabilidade política da Guiné-Bissau. É sublinhado no documento que a implementação desse programa dependerá por um lado de “um forte e efetivo engajamento político e por outro de estabilidade institucional”(ME,2009). São apresentadas as orientações estratégicas para o sistema educativo, numa linha de continuidade generalista face a propostas anteriores. Por exemplo, no que diz respeito ao ensino básico os objetivos incidem em dois eixos principais: aumento de alunos quanto ao acesso a este nível de ensino e aumento do número de alunos que o concluem. São enunciadas medidas consideradas necessárias para se atingir o objetivo fixado de fazer 100% de crianças de uma faixa etária , matriculadas na 1ª classe num dado ano, beneficiarem de uma escolaridade completa de 6 anos em 2020.

Quanto ao ensino secundário, considerado ainda da 7ª classe à 11ª classe, continua dividido em ciclo geral e em ciclo complementar, visando este o prosseguimento de estudos no ensino superior. É salientada a necessidade de alargamento de cobertura do ensino secundário geral, (devendo-se) ....”Melhorar a qualidade dos serviços educativos no subnível do ensino secundário complementar, não descurando o seu aumento para 3 anos de duração (implementação do 12º ano) “.São propostas medidas de melhoria, entre elas a “implementação de um sistema de formação inicial e continua, consentâneo com as necessidades dos docentes, um sistema que, concomitantemente implica rever as condições de recrutamento a nível das escolas normais, remodelação dos conteúdos programáticos e das praticas de formação, dispensando uma especial atenção ao nivelamento linguístico dos docentes e a supressão das especializações (um único professor por turma) e redução do tempo de formação inicial de 3 para 1,5 ano, com o objetivo de prover o sistema com docentes qualificados e em numero suficiente”.

O documento em questão traduz uma visão do sistema assente numa perspetiva quantitativa, não assume com clareza os constrangimentos profundos e por isso as medidas de melhoria mantem-se ao nível genérico e numa linha de continuidade em relação ao que vinha sendo afirmado em documentos anteriores. Não se manifesta a necessidade de mudanças estratégicas, nomeadamente

pela valorização política do ensino técnico e profissional, clarificação da política linguística, reforma da gestão e administração, implementação de um sistema de supervisão e avaliação e se por um lado é referida a preocupação com a qualidade da docência, por outro propõe-se a diminuição do tempo de formação de professores, em resposta à falta sistemática de professores.

## **B - Programa trienal para o desenvolvimento da educação-março 2010**

Consiste num documento de referência que enuncia as atividades do Ministério da Educação, Ciência, Cultura, Juventude e Desportos a implementar entre 2010 e 2013, chamando a atenção que não está focado na gestão corrente do sector mas no enunciado das medidas necessárias para uma política de expansão. Visa dar um conteúdo operacional à carta da política do sector educativo, apresentando um plano de ação e definindo o âmbito da intervenção dos parceiros. O programa está orientado pelos seguintes princípios: visa responder as urgências absolutas, está limitado às atividades críticas para o funcionamento da educação e a sua aplicação baseia-se em experiências já adquiridas. Neste documento é feita a caracterização do sistema educativo e são enunciadas as medidas e ações a serem tomadas e financiadas pelos doadores entre 2010-2013. É um documento de sistematização, revelador da persistência de fatores de natureza quantitativa como estratégia fundamental para o desenvolvimento do sistema educativo.

## **C - Lei de Bases do Sistema Educativo (2010b )**

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em maio de 2010, veio colmatar o vazio legislativo, uma vez que o anteprojeto, elaborado em 1994, permaneceu largos anos sem merecer a atenção política. Compõe-se de um articulado repartido por 63 artigos, enquadrados em 8 capítulos.

Introduz alterações de fundo na organização do ensino, a saber:

A - Desenvolvimento do ensino básico ao longo de 9 anos de escolaridade, repartidos por três ciclos. Este ensino básico é “universal e obrigatório”. Até então a obrigatoriedade restringia-se às 6 primeiras classes (artigos 14º, 15º, 16º) e o ensino básico compreendia o período entre a 1ª e a 6ª classe.

B- Atribuição do serviço docente: mantém-se um professor por classe nas 1ª e 2ª fases do básico (1ª à 4ª classes) tal como se fazia anteriormente, mas alargando a situação de monodocência às 5ª e 6ª classes (3ª fase, 2º ciclo). O ensino é ministrado por áreas de formação básica em moldes interdisciplinares, cabendo ao único professor por turma a leção de todas as matérias, sendo

auxiliado em áreas específicas, nomeadamente na educação artística ou na educação física (artigo 16º, ponto 1, alínea b)

C- Organização do ensino secundário-este passa a compreender a 10ª, 11ª e 12ª classes de escolaridade (o ensino secundário geral passa a constituir o 3º ciclo do ensino básico e é criada a 12ª classe) e está organizado em duas vias-ensino geral e ensino técnico- profissional.

#### **D - Estatuto da carreira docente (2010 c)**

Compõe-se de um extenso articulado, repartido por IX capítulos, contendo direitos e deveres dos professores, modalidades de formação do pessoal docente, estrutura da carreira e seu funcionamento, funções e avaliação do desempenho docente. Veio substituir o regulamento criado pelo decreto nº 617 de 1988. Embora remetendo para diploma próprio a regulamentação da formação de professores, o estatuto define a obrigatoriedade de formação e as condições de acesso à docência: para o ensino básico “uma formação sancionada no mínimo por um diploma de magistério primário ou da escola de formação de professores do ensino básico” (artigo 37º); para o ensino secundário- “uma formação académica sancionada por um diploma de escola superior de educação ou equivalente na disciplina do ensino a ministrar ou a enquadrar, completada por formação pedagógica (artigo 36).

Este diploma, tendo sido publicado em maio de 2010, portanto coincidente no ponto de vista temporal com a lei de bases do sistema educativo, já está desfasado em termos dos perfis docentes apresentados, o que traduz o moroso percurso da criação legal.

#### **E - Escola Superior de Educação – diploma de criação e estatutos (2010d)**

Esta instituição pretende ministrar formação de nível superior a professores para o ensino básico e secundário (artigo 1, ponto 2), sendo uma das suas atribuições a realização de ciclos de estudos que visam a atribuição dos graus académicos de licenciado e de mestre e integra as antigas escolas normais designadas no diploma de criação da Escola Superior de Educação por unidades de ensino (artigo 18, ponto 1): unidade Tchico Te, unidade 17 de Fevereiro, unidade de Educação Física e Desportos, unidade Amílcar Cabral. Surge no seguimento dos diagnósticos realizados no âmbito da avaliação da formação docente que recomendavam a reunião da formação numa única instituição de nível superior. Os estatutos vêm regulamentar uma instituição de cobertura nacional,



de funcionamento centralizado e hierarquizado, com órgãos representativos dos vários intervenientes no processo de formação mas a quem é atribuída pouca autonomia. Os estatutos traduzem uma forma de gestão afastada da que vinha sendo implementada nas instituições de formação e se por um lado pode fomentar a colaboração interna, sequencialidade na formação, rentabilização dos recursos, não tem em conta os constrangimentos decorrentes da geografia do país e as especificidades dos ciclos de ensino.

#### **F - Definição do currículo das escolas de formação de professores (2010e)**

Foram elaboradas propostas curriculares de formação de professores para o ensino básico (1ª à 9ª classes) por uma equipa constituída por técnicos nacionais e por consultores internacionais. Estas propostas vieram responder à necessidade de atualização científica e pedagógica identificada nos diagnósticos realizados e às alterações decorrentes da Lei de Bases do Sistema Educativo. Consideraram-se formações monodisciplinares e bidisciplinares no que diz respeito à formação docente para o período da 7ª à 9ª classes. Em relação a toda a formação foram consideradas de forma integrada as vertentes científica e metodológica e foi valorizada a dimensão da prática pedagógica enquanto momento mobilizador e aferidor das aquisições feitas pelo candidato a docente. Em relação aos quatro primeiros anos de escolaridade foram previstos dois cenários de formação: um de nível médio, de forma a responder às propostas da carta política para o sector da educação, outro de nível superior de forma a cumprir o definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Foram definidos programas disciplinares para toda a formação.

#### **G - Implementação de um sistema de exames nacionais (2011)**

Em resposta a diagnósticos que vinham apontando o nível reduzido das competências adquiridas pelos alunos no final da 9ª classe, foi implementado um sistema nacional de exames a nível da língua portuguesa e da matemática. Com recurso a técnicos nacionais e consultoria externa foi criada uma estrutura de acompanhamento, elaborados testes e administrados a nível nacional. O trabalho, apoiado pela UNESCO, decorreu em 2010 e implicou a formação de técnicos na organização da implementação do processo a nível nacional, no ensino público. Os resultados obtidos que evidenciaram profundos déficits nas duas disciplinas em estudo foram devolvidos de forma a serem reinvestidos no melhoramento das práticas e nas aquisições dos alunos.

## **H - Definição do currículo do ensino básico**

Decorreu em 2011 a revisão curricular do ensino básico, projeto financiado pela UNICEF. Participaram técnicos nacionais, cooperantes portugueses do programa de apoio ao sistema educativo da Guiné-Bissau (PASEG), elementos do Instituto Camões, elementos portugueses da Fundação Evangelização e Culturas (FEC) e consultores internacionais. Esta revisão consistiu nas definições do plano de estudos, perfis dos alunos por ciclos e fases, competências a adquirir por ciclo e por ano de escolaridade e elaboração dos programas. Estes contêm objetivos gerais e específicos, conteúdos, metodologias, recursos e propostas de avaliação. Foi ainda proposta uma calendarização do ano escolar, definição do período letivo e foram identificados as condições determinantes para o funcionamento com sucesso do ano escolar.

### **Que evolução para o sistema educativo?**

Sistematizámos aspetos fulcrais do sistema educativo guineense quer a nível do diagnóstico, quer a nível da legislação e das medidas de reforma, num período recente. A instabilidade criada pelos acontecimentos políticos de 2012 vieram sem dúvida perturbar o caminho de reforma, mas os problemas não são conjunturais e portanto insistem em permanecer, resistindo aos esforços sistemáticos de técnicos nacionais e organizações internacionais. Elencamos alguns desses problemas:

- As intervenções no sistema educativo são concebidas ao sabor da disponibilidade do financiamento internacional. As organizações “repartem” entre si as atividades que acabam por não ser realizadas com a sequência necessária ao sucesso;
- A dependência do financiamento externo é absoluta e a capacidade de negociação com o financiador é pequena e condiciona as opções tomadas, não sendo valorizadas as etapas de implementação, generalização e avaliação das medidas. A longevidade dos programas confina-se a duração dos projetos;
- As orientações de política nacional não são claras nem consequentes (por exemplo a Carta da Política do sector educativo propõe 1,5 anos para a formação inicial dos professores que irão lecionar os 6 primeiros anos de escolaridade enquanto a Lei de Bases do Sistema Educativo define 3 anos);

- Algumas medidas são iniciadas e de seguida interrompidas por fatores externos ao sistema educativo (a instabilidade política tem sido uma das razões da deterioração do sistema). A política docente está muito condicionada por fatores de ordem social, política e económica;
- A legislação produzida não é objeto de divulgação e tendo em atenção que não está a ser publicado o jornal oficial, permanece desconhecida;
- Existe um vazio legal em relação a muitos domínios do sistema educativo (estatuto do aluno, avaliação da escola, formação profissional...). Alguma da legislação publicada não tem sido implementada por falta de regulamentação;
- Existe uma enorme falta de recursos humanos e materiais: os recursos materiais são objeto de utilização massificada pelo que a sua deterioração é muito rápida e são sempre insuficientes; a formação docente não acompanha as necessidades do sistema educativo e os baixos salários, a inexistência de formação contínua e especializada, têm contribuído para a não fixação de docentes. Na área das expressões não existe no país formação superior. Os recursos humanos estão concentrados capital;
- Tem-se mantido uma gestão burocratizada, pesada, centralizada e totalmente politizada;
- Não tem sido usada uma estratégia sistémica de intervenção, apesar dos esforços nos últimos anos dos doadores /financiadores que optaram por uma política de complementaridade de ações;
- Alguns dos modelos propostos não tem em conta as especificidades existentes a vários níveis nem promovem a identidade. Por exemplo, têm sido implementadas medidas com base em experiências introduzidas de forma mecânica no país, impostas pelos financiadores ou aplicadas sem a necessária adaptação, o que dificulta a sua apropriação;
- Há a descrença no sistema público de ensino, apesar de paulatinamente se fazerem esforços para a implementação de uma cultura de rigor, de eficácia e de avaliação. A comunidade educativa, na sua generalidade, vem encontrando formas de implementar o sistema educativo substituindo o Estado e não está ainda mobilizada para a exigência do cumprimento do direito a um sistema de ensino de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. 2009. *Política docente na Guiné-Bissau*. Ministério da Educação.

BANCO MUNDIAL. 2010. *Analyse et synthèse des actions conduites en matière de formation initiale, continue et en service de 2006 a 2011.Recommandations et perspectives*. Ministério da Educação.

- 
- BANCO MUNDIAL. 2011. *Proposition de l'élaboration et de mise en place d'un cadre de référence pour un dispositif de formation initial et continue et en service des enseignants en Guinée-Bissau*. Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e UNICEF. 2008. *Relatório Diagnostico das escolas de formação de professores do ensino básico*. Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2009a. *Elementos do Diagnostico do Sistema Educativo da Guiné-Bissau*. RENASSE. Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2009b. *Carta da política do sector educativo de 2009 a 2020*. Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010a. *Programa Trienal para o Desenvolvimento da Educação*. Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010b. *Lei de Bases do Sistema Educativo*.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010c. *Estatuto da carreira docente-maio de 2010*.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010d. *Escola Superior de Educação – diploma de criação e estatutos*.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010e. *Definição do currículo das escolas de formação de professores*.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2010f. *Definição do currículo das escolas de formação de professores*.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e UNICEF. 2011. *Revisão curricular do ensino básico*.
- UNESCO-BREDA. 2010a. *Avaliação da formação inicial de professores do ensino secundário da Guiné-Bissau*. Ministério da Educação.
- UNESCO-BREDA. 2010b. *Avaliação das necessidades de formação contínua dos professores em exercício*. Ministério da Educação.